

RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.201 - SP (2019/0027238-5)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : **AÇÃO CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA**
RECORRENTE : **ODETTE DIAB MALUF - ESPÓLIO**
REPR. POR : **RICARDO NICOLAU - INVENTARIANTE**
ADVOGADO : **CÉLIO DE MELO ALMADA NETO - SP163834**
RECORRIDO : **GEONALDO DIAS GONCALVES**
RECORRIDO : **LAURA MENDES DE LIMA**
OUTRO NOME : **LAURA MENDES DE LIMA GONÇALVES**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 1.015 DO NCPC. JULGAMENTO EM RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. TAXATIVIDADE MITIGADA. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO CONTRADITÓRIO. INTIMAÇÃO DAS PARTES. ARTS. 10 E 933 DO NCPC. RETORNO DOS AUTOS PARA NOVO JULGAMENTO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

AÇÃO CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. e ESPÓLIO DE ODETTE DIAB MALUF (CONSULTORIA e outro) interpuseram agravo de instrumento contra decisão que, em ação de interpelação proposta em desfavor de GEONALDO DIAS GONÇALVES e LAURA MENDES DE LIMA ou LAURA MENDES DE LIMA GONÇALVES (GEONALDO e outra), determinou a pesquisa do endereço de residência dos réus junto ao Bacen-Jud e Infojud e, sendo infrutíferas as diligências, deve ocorrer a citação por edital.

O relator do recurso, por decisão unipessoal, não conheceu do recurso, que foi mantida por ocasião do julgamento do respectivo agravo interno pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa:

Agravo de instrumento - Pressupostos de admissibilidade - Decisão interlocutória que indeferiu expedição de ofícios para empresas de telefonia, órgãos de proteção ao crédito e companhia de abastecimento de água, luz e gás na tentativa de localização do endereço do requerido - Ausência de hipótese legal a autorizar a via eleita - Art. 1.015, do CPC - Decisão mantida - Recurso não provido. (e-STJ, fl. 274).

Os embargos de declaração opostos por CONSULTORIA e outro foram rejeitados (e-STJ, fls. 288/290).

Inconformados, CONSULTORIA e outro interpuseram recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 256, II, § 3º, 1.015, I, e 1.022, I e II, do NCPC, por considerar que o rol previsto no citado dispositivo do diploma processual admite interpretação extensiva, a possibilitar o conhecimento do agravo de instrumento manifestado na origem contra decisão que determinou a pesquisa do endereço de residência dos recorridos junto ao Bacen-Jud e Infojud e, sendo infrutíferas as diligências, deve ocorrer a citação por edital, além de asseverar que, para que a parte seja considerada em local incerto e não sabido, haveria necessidade de que se esgotem todas as tentativas de sua localização, o que não ocorrerá se mantido o acórdão recorrido na medida em que tal discussão não poderia ser trazida como preliminar de apelação e ainda haveria o risco de prescrição da pretensão autoral.

Em juízo de admissibilidade, a Presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal estadual admitiu o referido apelo nobre (e-STJ, fls. 315/316).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

CONSULTORIA e outro sustentaram a violação dos arts. 256, II, § 3º, 1.015, I, e 1.022, I e II, do NCPC e a possibilidade de interpretação extensiva ao agravo de instrumento em face da decisão que determinou a pesquisa do endereço de residência dos recorridos junto ao Bacen-Jud e Infojud e, sendo infrutíferas as diligências, deve ocorrer a citação por edital.

O Tribunal de origem consignou que tal decisão não está acobertada pelas hipóteses previstas no rol taxativo do art. 1.015 do NCPC.

A Corte Especial do STJ, na sessão realizada aos 5/12/2018, no julgamento dos recursos representativos da controvérsia, RESPs nº 1.696.396/MT e 1.704.520/MT, fixou a tese de que o rol do artigo 1.015 do NCPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a

urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

A tese da interpretação extensiva/analógica do rol estabelecido no dispositivo legal em questão já foi adotada em outros julgados da Segunda e da Quarta Turmas do STJ, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. COMPETÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 1.015 DO CPC/15. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É cabível agravo de instrumento para impugnação de decisão interlocutória que decide sobre competência, conferindo-se interpretação analógica ou extensiva ao inciso III do art. 1.015 do CPC/2015.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.309.300/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, j. 18/9/2018)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APLICAÇÃO IMEDIATA DAS NORMAS PROCESSUAIS. TEMPUS REGIT ACTUM. RECURSO CABÍVEL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 1 DO STJ. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA COM FUNDAMENTO NO CPC/1973. DECISÃO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO PELA CORTE DE ORIGEM. DIREITO PROCESSUAL ADQUIRIDO. RECURSO CABÍVEL. NORMA PROCESSUAL DE REGÊNCIA. MARCO DE DEFINIÇÃO. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA OU EXTENSIVA DO INCISO III DO ART. 1.015 DO CPC/2015.

1. É pacífico nesta Corte Superior o entendimento de que as normas de caráter processual têm aplicação imediata aos processos em curso, não podendo ser aplicadas retroativamente (tempus regit actum), tendo o princípio sido positivado no art. 14 do novo CPC, devendo-se respeitar, não obstante, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

2. No que toca ao recurso cabível e à forma de sua interposição, o STJ consolidou o entendimento de que, em regra, a lei regente é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião em que o sucumbente tem a ciência da exata compreensão dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater. Enunciado Administrativo n. 1 do STJ.

3. No presente caso, os recorrentes opuseram exceção de incompetência com fundamento no Código revogado, tendo o incidente sido resolvido, de forma contrária à pretensão dos autores, já sob a égide do novo Código de Processo Civil, em seguida interposto agravo de instrumento não conhecido pelo

Tribunal a quo.

4. A publicação da decisão interlocutória que dirimir a exceptio será o marco de definição da norma processual de regência do recurso a ser interposto, evitando-se, assim, qualquer tipo de tumulto processual.

5. Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda.

6. Recurso Especial provido.

(REsp 1679909/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 14/11/2017, DJe 01/02/2018)

No caso em apreço, o Tribunal de origem concluiu pela taxatividade do rol do art. 1.015 do NCPC sem fornecer elementos concretos para verificar se há ou não a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

Ressalte-se que, referido critério foi estabelecido, como dito anteriormente, pela própria Corte Especial do STJ, no julgamento dos mencionados RESPs nº 1.696.396/MT e 1.704.520/MT.

Isso significa que as partes não tiveram a oportunidade de se manifestar sobre a questão à luz do enfoque proposto naquele julgamento qualificado.

Imperioso, assim, o retorno dos autos à origem, para que o Tribunal realize novo julgamento do recurso nos termos da jurisprudência desta Corte, após oportunizar às partes que complementem suas manifestações, consoante previsto nos arts. 10 e 933 do NCPC.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para cassar o acórdão recorrido e determinar o envio dos autos à origem, para que o Tribunal realize novo julgamento do recurso nos termos da fundamentação supra.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO, Relator